

OS PRONOMES DE 1ª E 2ª PESSOAS NA REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO: UM OLHAR SOB A ÓTICA VARIACIONISTA

Gaylha Wégila de Oliveira ¹
Marta Anaísa Bezerra Ramos ²

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo os pronomes de 1ª e 2ª pessoas na representação do sujeito, em textos jornalísticos da modalidade escrita formal – artigos e entrevistas, extraídos dos periódicos Cláudia, Caras, Veja, Época e IstoÉ. Objetivamos refletir sobre as implicações das mudanças em curso no sistema pronominal brasileiro, tanto em relação ao preenchimento ou apagamento do sujeito na estrutura linguística, quanto em relação ao processo de referência (definição ou indefinição do agente). Considerar essas alterações regidas pelo uso é urgente para a análise linguística, propiciando um ensino relevante e justo. Desse modo, além da revisão da abordagem dos pronomes pessoais em gramáticas tradicionais: Cunha e Cintra (2016), Rocha Lima (2011), trazemos para discussão abordagens sob uma perspectiva (sócio)funcionalista, respaldados em Monteiro (1994), Castilho (2010), Vieira e Freire (2012), entre outros. A análise evidencia diferenças no comportamento dos pronomes, conforme o registro seja mais ou menos formal, revelando que o grau de monitoramento da linguagem interfere nas escolhas das formas linguísticas e ainda que as características do gênero e as intenções discursivas do autor também podem influenciar nas escolhas, confirmando que o processo de constituição da gramática é constante, gradual e dirigido pelo discurso.

Palavras-chave: pronomes, (socio)funcionalismo, variação, ensino.

¹ Mestranda em Linguística no PPGL da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, gwegila@gmail.com;

² Profª. Drª no Curso de Letras português da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, martaanaisa@gmail.com;

INTRODUÇÃO

A representação do sujeito nas estruturas sintáticas, no português brasileiro, doravante (PB), dá-se por diferentes estratégias e, ao longo do tempo, vem sofrendo alterações, conforme explicam vários estudiosos adeptos das vertentes funcionalista e (sócio)funcionalista. Segundo Duarte (1993), houve, no PB, o declínio do sujeito nulo e um aumento do sujeito preenchido, transformação que Lopes (2007) atribui à inserção do “você” no sistema pronominal brasileiro, pois este elemento, que se originou da expressão nominal de tratamento (Vossa Mercê), manteve algumas propriedades mórficas, a exemplo da especificação do verbo de 3^a pessoa, mas ganhou a interpretação semântico-discursiva de 2^a pessoa; alteração que afetou o sistema de concordância e também o processo de correlação entre pronome pessoal e possessivo. Além disso, é usado em construções existenciais³.

Em se tratando da representação pronominal na referência à 1^a pessoa, pode ocorrer de modo expresso ou não expresso e com referência definida ou indefinida. Lopes (op. Cit) afirma que as formas “nós” e “a gente” são usadas concomitantemente, embora a forma inovadora esteja sendo cada vez mais empregada; quanto à variação entre “você” e “tu” depende dos contextos regionais e sociais.

Por considerarmos ser esse um fenômeno morfossintático cuja descrição contribuirá para entender o funcionamento da língua, objetivamos refletir sobre as implicações das mudanças em curso no sistema pronominal brasileiro, tanto em relação ao preenchimento ou apagamento do sujeito na estrutura linguística, quanto em relação ao processo de referência (definição ou indefinição do agente), focalizando os sujeitos pronominais de 1^a e 2^a pessoas.

É a partir da ótica de que a língua se transforma continuamente e da concepção de uma gramática emergente, moldada no uso, que refletimos sobre o uso dos pronomes nos dados coletados. Para além dos conceitos funcionais, apoiamo-nos no sociofuncionalismo, vertente que concebe a existência de variabilidade de uso na língua em todos os níveis, já que “os falantes fazem escolhas entre dois ou mais sons, palavras ou construções” (TAVARES, 2013, p.29).

A organização deste texto se dispõe da seguinte maneira: após a exposição dos aspectos metodológicos, apresentamos, na seção teórica, o conceito de gramática sob a perspectiva funcional e sua relação com o processo de gramaticalização; em seguida, expomos como se dá

³Lopes (2007) cita como exemplo de construções existenciais com formas pronominais: “Você tem uma loja lá na rua que só vive em liquidação”.

a abordagem dos pronomes pessoais nas gramáticas tradicionais e sob o enfoque funcionalista, tentando explicar os processos influenciadores das mudanças ocorridas no sistema pronominal, tendo como referência estudos já realizados por Freire (2000), Oliveira (2007), Lopes (2007), Görski (2009), Vieira e Freire (2014), entre outros. Logo após, analisamos os dados da pesquisa e finalizamos com os resultados e discussões, com a pretensão de mostrar as contribuições do estudo a partir dos resultados alcançados.

METODOLOGIA

Para este estudo, utilizamos uma amostra de textos composta de 10 (dez) entrevistas e 20 (vinte) artigos de opinião retirados de periódicos semanais diversos (Veja, Época, Isto É, Caras e Cláudia), publicados entre 2015 e 2021. A delimitação dos textos por gênero teve como critério a equiparação da extensão dos textos; quanto à definição dos gêneros e dos periódicos, teve relação com o grau de formalidade – pressupomos que os artigos de opinião apresentam uma linguagem mais formal, em virtude do viés mais informativo, com exposição de fatos e ideias concretos, de caráter mais científico; e as entrevistas teriam menor grau de monitoramento, em consequência das influências da oralidade neste gênero. Além disso, revistas como **Caras** e **Cláudia** estão aqui sendo consideradas menos formais, por se dedicarem a temas do cotidiano envolvendo comportamento, beleza, moda, culinária, em contraposição a revistas como **Época**, **Isto É** e **Veja**, que optam por temáticas mais ligadas à política e economia.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza quantiqualitativa, o trabalho obedeceu a duas etapas: inicialmente contabilizamos as ocorrências das formas pronominais nos textos e categorizamos os dados, apresentando-os em tabelas, de modo a comparar os usos; depois, na análise dos dados, buscamos esclarecer as motivações das escolhas feitas pelos autores, com base nos estudos disponíveis sobre a temática.

GRAMÁTICA E GRAMATICALIZAÇÃO

A língua concebida enquanto um sistema funcional é vista como instrumento de comunicação, com um determinado fim. Na perspectiva funcional, estudar a língua é, pois, compreender os contextos de uso, as intenções dos falantes e os objetivos discursivos dos interlocutores. A gramática, nessa perspectiva, é susceptível às pressões de uso (Du Bois, 1993), ou seja, às determinações do discurso, nos termos de Givón (1979). Em outras palavras, os usos

influenciam na determinação da gramática a partir de sua frequência. Desse modo, não são apenas forças internas que determinam a gramática, sendo ela também influenciada por forças externas ao sistema, ou seja, pelo uso que se realiza em situações comunicativas.

Para Neves (1994, p. 112), “Gramática funcional é uma teoria geral da organização gramatical de línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social”. Ainda nessa perspectiva funcional, a gramática, segundo Neves e Tavares (2016, p. 99), “é concebida como o conjunto das regularidades linguísticas, como o modo ritualizado ou comunitário do uso; se ao discurso cabe a liberdade e autonomia da expressão, à gramática compete a sistematização e regularização”. Portanto, a gramática funcional se propõe a explicar regularidades nos usos linguísticos, além de compreender as circunstâncias e motivações desses usos.

O funcionalismo explica a organização da gramática e a codificação linguística das estratégias gramaticais com base em princípios de natureza cognitiva e comunicativa. Dentre estes: a iconicidade, a marcação, o dinamismo comunicativo e a coerência temática (GIVÓN, 1995). Fatores como economia linguística, eficiência, eficácia de formas influenciam os usos linguísticos, decorrendo daí as variações de formas linguísticas. Na visão do autor supracitado, há formas que vão mudando de função e sentido com o passar do tempo, o que demonstra que nem tudo na língua é icônico. Um exemplo que confirma esse fenômeno é o do conectivo **entretanto**, palavra formada pela junção de duas palavras latinas: INTER (entre) + TANTUM (tanto): o sentido originário é: *nesse intervalo de tempo*, sendo hoje usado como conjunção adversativa.

A partir desse entendimento, surge o conceito de gramática emergente, uma vez que a língua está em constante transformação. Hopper (1991) entende a gramática emergente como um movimento em que velhas formas ganham novas funções e essas mudanças vão aos poucos se consolidando nos usos da língua. Essas transformações se dão a partir do processo de gramaticalização, que consiste no “processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 15). Nos termos de Castilho (1997, p. 110), gramaticalização é “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma”. Para o autor, esse processo pode ser sincrônico ou diacrônico ao mesmo tempo e as novas propriedades adquiridas nesse processo podem ser sintáticas, morfológicas, fonológicas e/ou semânticas, e em certos casos a palavra pode desaparecer.

Diferentes etapas estão envolvidas ao longo do processo de gramaticalização de um item. Assim, duas variantes em uso partilham funções e disputam entre si, etapa chamada de estratificação, podendo uma delas vir a se sobrepor, o que pode levar bastante tempo. Conforme Silva e Oliveira (2017, p. 252), “as novas formas resultantes da gramaticalização ficam “sujeitas às pressões gerais da cognição e do uso. A recorrência do uso faz com que as formas se rotinizem, tornem-se regulares, e conseqüentemente institucionalizadas pela aceitação da comunidade linguística”. Dentre as alterações pelas quais uma forma em gramaticalização passa ou tende a passar estão: i) desenvolvimento unidirecional no plano semântico; ganho de propriedades morfossintáticas; e erosão. (SILVA e OLIVEIRA, 2017, p. 252).

Com relação aos itens em estudo, o *você* e o *a gente*, ocorreu um processo de recategorização, que envolve mudanças morfossintática e semânticas. O pronome de tratamento *você* passa a ser usado como pronome pessoal de 2ª pessoa, concorrendo com o pronome *tu*. Além disso, tem-se o uso deste item como uma estratégia de indeterminação, mencionada por Kato e Duarte (2014). Quanto ao *a gente*, de substantivo passa a pronome de 1ª pessoa do plural, concorrendo com o *nós*, mas mantém a sua propriedade indeterminadora, fenômeno explicado pelo princípio da persistência de Hopper. A generalidade da forma *a gente*, segundo Lopes (2007), é uma forma de o falante se descomprometer com o discurso, tornando-o mais vago e genérico.

PRONOME PESSOAL DE 1ª E 2ª PESSOAS: DIFERENTES ABORDAGENS

“Pronome é a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso.” (ROCHA LIMA, 2011, p. 156). Essa definição representa a visão geral exposta nas gramáticas sobre o pronome. Sobre os pronomes pessoais, afirma que “representam as três pessoas do discurso, indicando-as simplesmente, sem nomeá-las”. A primeira pessoa, aquela que fala, chama-se eu, com o plural nós, a segunda, tu, que é a com quem se fala, com o plural vós”. (ROCHA LIMA, 2011, p. 156). Também Cunha e Cintra (2016) citam como representantes da primeira pessoa *eu* e *nós* para o singular e plural, respectivamente; e *tu* e *vós* para a 2ª pessoa. Do exposto, percebemos que a classificação proposta em gramáticas tradicionais deixa de fora da classificação as formas alternativas - *você/vocês*, para representar a 2ª pessoa e *a gente* para a 1ª pessoa do plural, usos já consagrados no PB.

Castilho (2010, p. 476), de outro modo, ao refletir sobre os sintagmas nominais nucleados por pronomes pessoais, apresenta como possibilidade de representação dos sujeitos pronominais as formas: *você/vocês* e *a gente* e também algumas variantes derivadas destas,

ainda em processo de gramaticalização. O autor sustenta a sua classificação em estudos funcionalistas como os de Neves (2008), que observou em dados do projeto NURC, por exemplo, que na fala de Porto Alegre o uso do *tu* era praticamente inexistente, indicando que as formas *você/vocês* vêm ocupando a função de pronome de 2ª pessoa do singular e plural.

Vários pesquisadores alinhados às vertentes funcionalistas e sociofuncionalistas direcionaram seus esforços para entender o fenômeno da variação pronominal. Bravin (2012) e Vieira e Freire (2014) apontam para o fenômeno da variação pronominal no quadro do PB, não só na modalidade oral, mas na escrita, o que demonstra que mesmo os usuários que dominam a norma culta já não sentem nenhum estranhamento ou desconforto ao empregar as formas variantes. Essa variação indica que diferentes formas e normas linguísticas coexistem para além das já prescritas na GT.

Bravin (2012) critica a maneira com que o fenômeno da variação linguística é abordado em sala de aula e, também, apresenta as variações fonológicas como fenômenos que deixam de ser mencionados e discutidos em sala, resultando no não conhecimento pelo estudante de importantes fenômenos da língua.

Bravin dos Santos (2000/2012), estudando formas de representação do sujeito em textos escritos, reflete sobre o uso de *nós* e *a gente*, além do sujeito *nulo*(\emptyset) na representação da 1ª pessoa do plural como estratégia para indeterminar o agente da ação/processo verbal, usos não previstos pela GT. Nos dados apresentados em Bravin (2000) evidencia-se que os alunos do ensino médio utilizaram estratégias de indeterminação que não constam nas gramáticas tradicionais. Em outras palavras, no uso, as formas de indeterminação não se restringem às prescritas pela gramática, quais sejam: o uso do clítico *se*; e o uso do verbo na terceira pessoa.

Lopes (2004), afirma que a inserção do *a gente* e do *você* no português brasileiro, traz várias repercussões. Sobre o último termo aponta: fusão de 2ª com 3ª pessoa do singular; novas possibilidades combinatórias gerando as chamadas misturas de pessoas do discurso; alterações nas subcategorias pronominais como nos possessivos e oblíquos; diminuição do paradigma flexional além de mudanças na forma da representação do sujeito, sinalizando ainda para uma aceção indeterminadora. O trajeto das mudanças sofridas pelo termo, segundo a autora, atende a um *continuum* de gramaticalização, em que há perda de algumas propriedades como a capacidade de concordância verbo-nominal e ganho das propriedades típicas dos pronomes como a noção de pessoa do discurso. No caso do *a gente*, perde o traço de número e gênero e passa a assumir um traço de pessoa. Ocorria no singular e plural quando substantivo e passa exclusivamente a singular quando pronome. Perde o aspecto semântico de gênero [+genérico]



para [∞FEM]. Apesar de, enquanto pronome, não apresentar gênero formal, apresenta uma subespecificação semântica, admitindo noção de masculino e feminino.

Duarte (1993) comenta a substituição do pronome de 2ª pessoa *tu* pelo *você* e o paulatino desaparecimento do *nós* em favor do uso crescente de *a gente*. Em “A queda do princípio ‘evite pronome’ no português brasileiro”, afirma que a queda no uso do sujeito nulo é mais rápida na primeira e segunda pessoa e menos acentuada na 3ª, pois não se deixou de omitir o sujeito, mas é visível a “preferência pelo uso da forma pronominal plena”, de forma que “as formas nula e plena são hoje, de fato, intercambiáveis, sendo aquela uma opção que se realiza cada vez menos em favor desta”. (DUARTE, 1993, p. 88-89). A autora esclarece que umas das consequências da inserção das formas *você* e *a gente*, no sistema pronominal do português é a dificuldade de identificação do sujeito pela desinência verbal, pois, as transformações ocorridas provocaram o empobrecimento do quadro flexional em relação ao que tínhamos.

Neves (2000, p. 470) conclui em relação ao *a gente*, que ele pode ocorrer como pronome se referindo a primeira pessoa do plural e em casos de referência genérica, funcionando como índice de indeterminação do sujeito. Assim, independente da classificação recebida, o termo *a gente* está em uso, concorrendo com a primeira pessoa do plural, deixando especificamente nítido ser um caso de gramaticalização, baseado nos postulados de Hopper. Na sequência do texto, observamos as ocorrências dos itens em tela.

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção observamos a diversidade de usos dos pronomes, retomando o que afirmam os autores funcionalistas e sociofuncionalistas mencionados nos referências teóricos. Seguem trechos retirados do *corpus*, iniciando pelos usos das formas *nós/ a gente*, representantes da primeira pessoa do plural; depois as formas *você/vocês* representativas da 2ª pessoa, singular e plural.

- **Uso da 1ª pessoa: o caso do *a gente***

1. Não acredito que **a gente** poderia ter vivido um novo golpe. Isso não. Mas, como a situação estava, **nós** não iríamos votar nada no Congresso. (VEJA, ago/2019).
2. Ele morava no mesmo bairro que eu: a janela da sala dele dava para a do meu quarto. **A gente** brincava (ao se conhecerem em função do trabalho) que ele tinha passado 57 anos (desde que publicou uma autobiografia) sentado na sala pensando quem ia fazer um filme sobre sua vida, enquanto eu deitava na cama pensando o que mais ia fazer. Éramos como Romeu e Julieta (risos)! Finalmente, nos descobrimos. (CLÁUDI, jan/2015).

Comparando os dados percebemos o emprego do *a gente* com caráter genérico e indeterminador em (1). Trata-se de uma entrevista na qual Davi Alcolumbreo, então presidente do Congresso, fala sobre o pacto de não agressão firmado entre os poderes, o que evitou uma crise de consequências imprevisíveis. A forma *a gente* em (01) representa todos os brasileiros, portanto, o autor se inclui no discurso. Essa estratégia é utilizada como forma de o locutor/falante se aproximar do interlocutor e de certa forma aumentar a força e intensidade da opinião defendida por ele. Ao mesmo tempo é uma forma de o falante se descomprometer no discurso, conforme afirma Lopes (2007). De outro modo, temos em (2) o uso do termo com referência definida. Nesse contexto, o *a gente* se refere a Angelina Jolie (entrevistada) + Louis Zamperini (que serviu de inspiração para o protagonista do filme *Invencível*, primeiro dirigido pela atriz). Ressaltamos, que, apesar de haver uma prototipicidade de usos genéricos, só é possível depreender se o termo terá referência genérica ou definida, observando o contexto de uso. Seguem outros trechos de entrevistas:

3. O domingo traz uma possibilidade única de conversar com o Brasil de verdade. É o dia sagrado da família, quando todo mundo se senta junto em frente à televisão e deixa de lado o mundo digital particular que **a gente** tem hoje. (VEJA, set/2021).
4. Não. Hoje, já cheguei aquela máxima: a vida não é sobre o que **a gente** junta, mas o que espalhamos. (VEJA, set/2021).

Também em (3) e (4), apesar de o sujeito aparecer sintaticamente determinado na oração, tem caráter genérico, semanticamente e, portanto, indeterminador, ou um sujeito indefinido, nos termos de Neves e Régis (2009). Esses autores optam pelo termo indefinição, respaldados em Luft (2002) e Kury (1999). Nesses dois trechos, Luciano Huck fala para VEJA sobre seus caminhos profissionais com o novo programa de domingo e sobre a possibilidade de adentrar no mundo político. Parece-nos uma fala fluída, influenciada pelo caráter oral de quem já está mais do que acostumado a falar diretamente para o público e quer ser aceito e compreendido por todos. Percebemos a alternância das duas formas de representação do sujeito pronominal de 1ª PP em toda a entrevista, demonstrando que o *a gente* não ocorre apenas em contextos orais informais nem é utilizado apenas por quem não domina a norma culta, mas trata-se de um uso já consolidado, tanto na oralidade quanto na escrita menos monitorada, como no trecho abaixo:

5. O que **a gente** tem de fazer para antecipar problemas? (VEJA, jul/2019).



Em (5) temos mais uma ocorrência do *a gente* com caráter genérico e indefinido, o que evidencia a paráfrase: “o que se tem de fazer para antecipar problemas?” Assim, o entrevistado - Jair Bolsonaro -, opta (consciente ou inconscientemente) por uma estratégia de indeterminação que o aproxime mais do interlocutor e o coloque em uma posição confortável no discurso.

Já a seguir, temos o uso do *a gente* com referência conhecida no contexto:

6. Mais que amigos, nossa relação era de irmãos. **A gente** trocava muitas figurinhas, um lia a trama do outro para dar opinião. Ele está partindo num momento em que a maneira como as novelas eram feitas também está acabando. (VEJA, out/2021)

No contexto do trecho (6), *a gente* faz referência a Silvio de Abreu (entrevista por VEJA) e Gilberto Braga, a quem se referiu o entrevistador ao perguntar sobre a sua saída do escritor das telenovelas. Assim, ao realizar a leitura, apesar do uso do *a gente* não fica nenhuma dúvida a quem está se referido (Ele + outro conhecido no contexto), portanto referência clara e definida dentro do contexto.

- **Uso da 1ª pessoa: o caso do nós**

Nos dados observados, ocorreu o *nós* expresso e também o nulo (elíptico). Cabe esclarecer que, no gênero entrevista, esses dois tipos de uso se deram com referência genérica ou definida no contexto, com valores percentuais muito próximos. No artigo, entretanto, não houve o emprego do *nós* expresso; quanto ao *nós* nulo, foram observados usos em contextos de indeterminação. Os dados em (7) e (8) a seguir, retirados de entrevista, revelam o uso do *nós* **expresso** com referência **definida** e outro com referência **genérica**:

7. Mas, como a situação estava, **nós** não iríamos votar nada no congresso. [...]. Todos **nós** estamos na média. (VEJA, Set / 2019).
8. Uma situação a ser olhada com muito cuidado, porque **nós** estamos vivendo um momento muito delicado. (ÉPOCA, abril/2019).

Em (7), claramente o *nós* faz referência aos candidatos eleitos na eleição de 2018, estando o entrevistado incluído no discurso. Enquanto em (8) temos uma generalização com referência muito abrangente. Perceba que podemos inferir que esse *nós*, ultrapassa os limites do texto e inclui o leitor, cabendo nessa referência qualquer pessoa. Passemos a observar o caso do *nós* nulo na entrevista, com referência **definida**:



9. Mas antes de convidarmos as pessoas e continuarmos com todas as decisões do casamento, já cancelamos tudo. (CARAS, maio/2020).
10. A globo foi muito correta, tivemos uma conversa adulta, franca e transparente. (VEJA, set/2021).

Em (09) temos a fala de Mariana Rios sobre a sua atitude e a de seu noivo em relação ao casamento cancelado em virtude da pandemia. Percebemos que Mariana Rios e o Noivo cancelaram toda a desta antes de convidar as pessoas e continuar com as decisões do casamento. Em (10) temos a fala do Luciano Huck sobre a sua mudança de programa do Caldeirão para o Domingão. Percebemos nitidamente a referência do nós nulo: Luciano e a globo.

Sendo facilmente apagada, a referência de 1ª pessoa na entrevista pode ser utilizada como recurso discursivo, sem prejuízo na compreensão ou identificação do agente da ação. Embora o *Nós* nulo, com referência genérica tenha ocorrido em entrevistas, foi uma estratégia abundantemente utilizada nos artigos, como ilustram os dados abaixo.

11. É simples assim. Somente se desfazendo do que se tornou inútil podemos prosperar. (CLAUDIA, Jan/2015).
12. Mas vamos precisar de muita sabedoria para escapar de uma nova maldição. (VEJA, set/2019).
13. Mas o que eu tiro desse meu projeto é que temos de unir pessoas inteligentes, que estejam a fim de construir pontes entre quem tem e quem precisa (VEJA, set/2021).
14. Pior: quando guardamos por guardar, mandamos a mensagem para o cérebro e todas as nossas células de que não acreditamos tanto no amanhã. É como se achássemos que coisas podem nos faltar e não terem como suprir as necessidades. Largue essa ideia! (CLÁUDIA, jan/2015).
15. Obviamente, não podemos ignorar a truculência do debate público, ou a violência que permeia as campanhas eleitorais brasileiras. Temos de ter o couro grosso. (VEJA, set/2021).

Ao buscarmos as referências do uso da 1ª PP nos usos acima, percebemos uma significativa generalidade. Não podemos atribuir pessoas que fazem parte apenas do intertexto, mas conseguimos incluir nessa referência qualquer pessoa que fala a leitura desse texto e ainda aquelas que fazem parte de um contexto maior: a sociedade. A preferência exclusiva do *nós* não expreso e indefinido no gênero artigo pode ser justificada pelas suas características discursivas. De acordo com Galves e Duarte (2018, p. 9), no artigo de opinião, a principal finalidade é a exposição de um ponto de vista acerca de determinado assunto. Os autores ainda esclarecem que o artigo de opinião é geralmente escrito por alguém de fora da esfera jornalística que colabora com o jornal sobre determinado assunto da atualidade. Acreditamos que o apagamento da 1ª pessoa do plural é uma forma de o locutor assumir um certo distanciamento no discurso, num jogo de intencionalidades, fazendo uso de argumentos fortes com o intuito de gerar valores

e convencer os leitores sobre determinados pontos de vista. Se o assunto é polêmico, nada como o apagamento para se eximir de qualquer responsabilidade. Vejamos:

16. Maior vitrine virtual do mundo contemporâneo, as redes revelam muito sobre o que **somos** e o que **pensamos**. (CLAUDIA, julho/2020).
17. Cada vez mais **somos** avaliados pela forma como nos **apresentamos** em nossas redes. (CLAUDIA, julho/2020).
18. Depois, o esquerdista terminou o seu discurso afirmando que “será o presidente de todos os chilenos”. O óbvio que **esquecemos** no Brasil. (VEJA, dez /2021).

Nesses casos (16) e (17) notamos a visão do articulista acerca dos riscos associados ao uso indiscriminado e descuidado das redes sociais. Há um propósito claro de convencer o leitor sobre tais riscos e alertar para comportamentos de cautela no ciberespaço. Mesmo sendo o articulista alguém que, aparentemente, conhece o assunto, coloca-se na posição de vulnerabilidade para não parecer presunçoso ou, talvez, não dar a entender que o seu discurso é destituído de preocupações e validades comprovadas na prática.

Em (18) o colunista faz uma reflexão sobre a proposta política do recém eleito presidente do Chile e faz referência a ideia contrária do nosso então presidente em relação ao discurso do Chileno: “Ser o presidente de todos”. Quando o colunista afirma que esse óbvio esquecemos no Brasil, será que fui eu e você quem esqueceu dessa filosofia? Não. O colunista utiliza-se dessa estratégia para acusar o governo brasileiro de não governar para todos, mas apenas para quem concorda com suas ideias, entretanto, o faz com cautela e cuidado, usando um discurso eufêmico e brando, se apropriando do uso da 1ª PP apagada (não expresso) e com referência com um alto grau de generalidade e descomprometimento.

- **Uso da 2ª pessoa: o caso do *você***

Quanto à 2ª P, foi essencialmente representada pelas formas *você/vocês* nos dados analisados. Foram 20 ocorrência em que a referência foi **definida**, e 13 **genérica**, como atestam os dados a seguir:

19. “**Você** rompeu o pacto”. (VEJA, abril/20190).
20. “Li o livro de Laura e, conforme lê, **você** aprende e muda como pessoa”. (CLAÚDIA, jan/2015)
21. **Você** também já passou por muita coisa na vida. (CLAÚDIA, jan/2015).
22. “**Você** tem alguma suspeita de como pegou o vírus?” (CARAS, maio/2020).



Em (19), (21) e (22) temos usos do *você* com referência determinada, identificável no contexto. Já em (20) é utilizado como estratégia de indeterminação, cuja paráfrase seria: “... conforme lê, aprende-se e muda-se como pessoa”. Mesmo se fazendo presente em entrevistas e artigos, esse recurso do *você* genérico foi utilizado abundantemente nos artigos, especialmente nas revistas tidas como mais ‘informais’. Vejamos:

23. E pense um pouco: **você** deve ter passado por coisas que prefere não lembrar; que estão lá dentro contidas, reprimidas, e que acha que até já esqueceu, uma vez que não pensa nelas – quem não passou por isso? Não pensa, mas elas estão lá, travando seus atos, impedindo que **você** seja livre de certos bloqueios. (CLÁUDIA, jan/2015).
24. Sim, como **você** já sabe, temos dentro de nós o poder de criar a própria realidade. Para o nosso bem ou para o nosso mal. (CLÁUDIA, jan/2015).
25. Comece a listar objetos e utensílios que **você** não usa há um tempão e só guarda porque acha que um dia poderá precisar para uma finalidade qualquer. Relacione, em seguida, roupas, sapatos, bijuterias, bolsas e outros acessórios que andam encostados faz tempo e **você** mantém no armário achando que, um dia, poderá surgir uma ocasião apropriada para usá-los mais uma vez. Agora, vasculhe o que está atravancando o seu coração: raiva, ressentimentos, tristeza, medos e tantos sentimentos negativos que parecem um iceberg dentro de **você**. (CLÁUDIA, jan/2015).
26. O ideal é que você tenha uma rede social para seus relacionamentos pessoais e outra para contatos profissionais. **Você** ainda pode recorrer às configurações de privacidade que as redes oferecem, assim decide o que cada um pode ver dentro do seu espaço virtual. Dessa maneira **você** protege a sua intimidade e demonstra inteligência emocional para gerenciar sua carreira. (CARAS, julho/2020).

Em todos esses trechos, o *você* é empregado como meios de o autor dirigir-se ao interlocutor do texto, a referência é qualquer pessoa, qualquer leitor, criando uma abrangência de referência que está bem distante do uso quando representa a 2ª P do discurso. Assim, o colunista cria um discurso, que apesar de construído de forma indireta, cria um diálogo com o interlocutor. Deste modo, defende-se um ponto de vista com uma linguagem simples e exemplificações que facilitarão a conexão do leitor com o texto e com a temática exposta.

Como vimos, você na posição de sujeito, exerce no PB estratégia de indeterminação. Mesmo o você, sendo no PB uma forma pronominal nominativa, é usada abundantemente para a finalidade de generalizar o referente ou até escondê-lo. Generalizar no sentido de fazer referência a qualquer pessoa, como em:

27. Aliás, se **você** odeia o Jean, pense duas vezes sobre qual pode ser o motivo, tente descobrir se o que ouviu a respeito dele é verdade. (VEJA, jun/2019).
28. Espero que, quando **você** estiver lendo esta coluna, esteja de férias. (CLAÚDIA, jna/2015).
29. “Estava deprimida, bem triste mesmo, muito mal, mas Matteo me tirou desse estado. É muito forte. Não tem como **você** permanecer mal com uma vida vibrando dentro de **você**”, comentou. (CARAS, agos/2021).

Em (27) temos uma reflexão sobre a homofobia sofrida pelo Jean Willians. Em paráfrase, podemos analisar que se alguém odeia o Jean tem que se questionar sobre se há verdadeiros motivos para isso ou se trata-se de um caso de homofobia, se o odeia simplesmente pela sua orientação sexual.

Em (28) o colunista direciona o seu discurso para o leitor, entretanto, quantos leitores tem a revista Cláudia? A quantas pessoas esse colunista está se dirigindo? Não há, portanto, uma direção exata de referência.

Já em (29) trata-se de uma fala de Luiza Possi sobre seu processo de superação do luto pelo seu marido com a gravidez de seu segundo filho. Em vez de se referir a primeira pessoa para relatar sobre o seu caso em específico ela expressa uma reflexão que caberia qualquer mulher, podendo ser parafraseada como: Não tem como **ninguém** permanecer mal com uma vida vibrando dentro de **nós**. Assim, se inclui no discurso, mas amplia essa referência a mulheres que estejam compartilhando ou possam a vir a compartilhar da experiência de ser mãe, portanto, ao ampliar a referência ela generaliza o discurso e dá a sua fala um caráter menos pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise confirmou as hipóteses quanto a influência da norma sobre o texto escrito, confirmando a visão de que o grau de monitoramento da linguagem interfere nas escolhas linguísticas, mas que além disso outros fatores também são determinantes nas escolhas tais como: a intensão discursiva e as características do gênero. Assim, nos gêneros analisados, por se tratar de textos escritos predominaram os usos prototípicos de 1^a pessoa, (predominância do nós em relação ao a gente) mas é possível observar diferença de comportamento entre um gênero e outro e até mesmo entre um periódico e outro. Dos principais resultados, temos:

- a) Não houve ocorrências do termo *a gente* no artigo, o que pode ter sido motivado por se tratar de um gênero mais formal e, portanto, mais representativo da norma padrão;
- b) Apesar da ocorrência do termo *a gente* no gênero entrevista mesmo sendo um contexto de escrita, predominou a estratégia do apagamento do nós como estratégia para indeterminar o agente;
- c) Em relação aos usos da segunda pessoa, a forma prescrita pela GT já não foi mais contemplada nos usos, predominando o você/vocês para as formas de singular e plural;



- d) A forma você foi utilizada de maneira significativa no gênero artigo para indeterminar o a gente. Nas entrevistas ocorreram usos de segunda pessoa e usos como estratégia de indeterminação;
- e) A segunda pessoa confirma o que Duarte (1993) discorre sobre a preferência de sujeito preenchido. O você é utilizado para preencher sujeito genérico, evitando o apagamento;

Diante do exposto, reforçamos o entendimento de que a língua é um sistema heterogêneo e dinâmico e que a variação é inerente à língua. Todas as variações descritas e observadas neste estudo podem ser classificadas e essas, precisam ser observadas a partir da perspectiva do sociofuncionalismo, que estuda a língua a partir dos fenômenos observados no uso e entende que o processo de constituição da gramática é constante, gradual e dirigido pelo discurso.

REFERÊNCIAS

- DE MOURA NEVES, Maria Helena. Uma visão geral da gramática funcional. ALFA: Revista de Linguística, v. 38, 1994.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. LEXIKON Editora Digital Ltda, 2016.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de, 2011.
- MONTEIRO. J. L. Pronomes pessoais. Fortaleza, Edições UFC, 1994.
- CASTILHO, A.T. Nova Gramática do português brasileiro. São Paul: Editora contexto, 2010.
- VIEIRA, Silvia Rodrigues; FREIRE, Gilson Costa. Variação morfossintática e ensino de português. Ensino de português e sociolinguística. São Paulo: Contexto, p. 81-114, 2014.
- DUARTE. Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, p. 107-128, 1993.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. Pronomes pessoais. Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 103-119, 2007.
- TAVARES, Maria Alice. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura, v. 17, 2013.
- FREIRE, Gilson Costa. Considerações sobre o ensino de clíticos. Anais do SIELP, v. 1, n. 1, p. 377-384, 2011.
- DU BOIS, John W.; SCHUETZE-COBURN, Stephan. Representing hierarchy: Constituent structure for discourse databases. Talking data: Transcription and coding in discourse research, p. 221-260, 1993.

GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: Grammar as a processing strategy. In: Discourse and syntax. Brill, 1979. p. 81-112.

DE MOURA NEVES, Maria Helena. Uma visão geral da gramática funcional. ALFA: Revista de Linguística, v. 38, 1994.

HOPPER, Paul J. et al. On some principles of grammaticization. Approaches to grammaticalization, v. 1, p. 17-35, 1991.

KATO, Mary Aizawa; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no Português Brasileiro¹. Veredas-Revista de Estudos Linguísticos, v. 18, n. 1, 2014.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Pronomes pessoais. Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 103-119, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: Editora UNESP, p. 449-470, 2000.

BRAVIN, A. M. Variação linguística e o estudo da indeterminação do sujeito nas escolas brasileiras. Práticas de ensino do português. São Paulo: Contexto, p. 75-90, 2012.

DOS SANTOS, Ângela Marina Bravin. Variação e letramento em escolas urbanas, 2000.

CASSEB-GALVÃO; V. C. DUART; M. da C. Artigo de Opinião: Sequência didática funcionalista. São Paulo: Parábola, 2018.